

Prezado, Senhor Maurício Maranhão
Presidente do Conselho da Cidade de Peruíbe

Este documento tem por finalidade externar nossas observações enquanto conselheiros desse colegiado pela MONGUE, visto que há diversas fragilidades na redação proposta pelo Executivo Municipal para alteração do Plano Diretor da Cidade de Peruíbe (Lei Complementar nº 100 de 29 de março de 2007), bem como elucidar o fato que de o Executivo não viabilizou o acesso público e nem deu publicidade aos documentos sínteses produzidos nas plenárias das reuniões territoriais realizadas a mais de três anos atrás, precisamente em meados de 2017, impedindo que os próprios conselheiros, bem como a comunidade peruibense em geral tomem conhecimento o que foi proposto de alteração do texto do atual Plano Diretor pelos cidadãos da sociedade civil.

Alertamos também para o fato de que Executivo Municipal deve primar para garantir o rito de revisão do Plano Diretor baseado no que é recomendado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), e observar a revisão do Plano Diretor deve estar prevista nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

Por fim, solicitamos a inclusão textual dos instrumentos que garantem a implementação dos ODS no município, bem a correção de informação textual errônea “Agenda 2030 do PNUD”, contida no trecho Art. 2º. *Fica acrescido o inciso XVIII ao artigo 16 (...).*

Entendemos que devem ser incluídas no Projeto de Lei as redações que estão em cor de letra vermelha, e a redação grifada em cor verde indicamos que devem ser corrigidos no texto proposto pelo Executivo no referido PL, como indicamos a seguir:

No Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º ...

Parágrafo Único. O Plano Diretor é elaborado em conformidade com os princípios e normas de preservação ambiental previstos na Lei Orgânica, em harmonia com as Legislações Federal e Estadual, especialmente a referente ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, **a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo.**

Art. 8º São princípios fundamentais do Plano Diretor do Município de Peruíbe:
(...)

VI. desenvolvimento sócio econômico sustentável, **promoção do desenvolvimento sustentável, sob a ótica universal da política de combate às mudanças climáticas, compatibilizando o desenvolvimento social e o econômico com a preservação ambiental, a partir dos princípios da justiça social e da eficiência econômica, garantindo o uso racional e equitativo dos recursos naturais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o conforto climático.**

VII. conservação, preservação e manutenção do ambiente natural **forma a proteger e qualificar o ecossistema urbano, reduzir as emissões de gases de efeito estufa - GEE - e a poluição do ar e promover a gestão e redução de risco de desastres.**

VIII- fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio material e imaterial histórico cultural e natural.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal deverá promover a articulação e a integração das políticas setoriais para viabilizar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no município, em especial o que tange o ODS-11, voltado para tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

Artigo 16 da Lei Complementar nº 100, de 29 de março de 2007, a vigorar com a seguinte redação:

XVIII. implementação da Agenda 2030, instrumento consolidado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através a inclusão dos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Plano Diretor.

Art. 25...

VI. Promover a disponibilização da Lama Negra como recurso de saúde e bem estar nos estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde públicos e privados.

Art. 27 ..

XI. viabilizar a implantação de paradesporto nos espaços públicos e apoiar ações oriundas da iniciativa privada.

XII - Promover e apoiar eventos científicos e tecnológicos de intercâmbio e formação, ligados à produção e difusão da informação, do conhecimento e da memória do esporte educacional, recreativo e de lazer.

Art. 29. Para a consecução da Política Municipal de Educação devem ser observadas as seguintes estratégias:

V. Viabilizar políticas públicas que ofereçam cursos técnicos e de capacitação que sejam facilitadores para **inclusão dos cursistas no mercado de trabalho local e regional;**

VII. adequar o currículo das unidades escolares a realidade socioeconômica e cultural da comunidade que está inserida. (manter essa redação que está no Plano Diretor vigente)

VIII. inserir no currículo escolar aulas sobre segurança pública e cidadania. (manter essa redação que está no Plano Diretor vigente)

Indicação de exclusão: VIII. elaborar **orientações curriculares (isso já é contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)** para a rede municipal de ensino de Peruíbe e acompanhar o cumprimento das mesmas.

X. garantir o alinhamento de toda a rede de ensino **municipal** às ações da Secretaria Municipal de Educação.

XI. implantar, gradativamente, em todas as unidades da rede municipal de ensino, programas esportivos que atendam e promovam os direitos e dignidade dos estudantes com necessidades especiais.

XII. promover programas educacionais de inclusão e de atendimento as pessoas com necessidades especiais.

XIII. fortalecer a integração das escolas e entidades para projetos ambientais.

Art. 33. Para a consecução da Política Municipal de Assistência Social devem ser observadas as seguintes diretrizes:

I. **implantar** e adequar estruturas físicas para atendimento de **grupos sociais vulneráveis com garantia das proteções básicas e especializada**;

IX. promover campanhas para conscientização sobre doenças infectocontagiosas e controle da natalidade, em especial voltadas ao público adolescente e em idade escolar .

X. implantar ações de assistência social de forma sistêmica e integrada, a partir de base territorial e com foco nas relações sociais locais, na cultura e na inclusão sócio-econômica de cada cidadão.

XI. exercer com excelência os serviços públicos de assistência e promoção social, através de práticas inovadoras.

XII. promover a proteção e a defesa dos direitos da população em situação de risco e vulnerabilidade social;

XIII. desenvolver junto ao jovem uma cultura de protagonista de participação e de co-responsabilidade para com a comunidade;

XIX. promover o enfrentamento à violência, à exploração e abuso sexual, e o atendimento à população de rua, à vitimizada e àquela em conflito com a lei.

No Capítulo I DO ACESSO UNIVERSAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Incluir a

SEÇÃO VII - DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Art. ... A política municipal do abastecimento alimentar tem como objetivo geral a promoção da segurança alimentar à população, especialmente àqueles em situação de risco social, melhorando o seu padrão nutricional e facilitando o acesso a produtos alimentícios básicos de qualidade e com baixo custo.

Art. ... São diretrizes da política municipal do abastecimento:

- I. implantar e consolidar a rede social de abastecimento;
- II. promover a educação alimentar que vise a forma correta e mais econômica de assegurar uma alimentação saudável;
- III. apoiar iniciativas na produção, distribuição e comercialização de alimentos orgânicos;
- IV. incentivar a produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados;
- V. promover ações de combate à fome;
- VI. viabilizar alimentação em situações emergenciais e de calamidade.

Art. 38. A Política Municipal de Desenvolvimento Sócio-econômico Sustentável tem como objetivos gerais:

III. incentivo para produção direta e comercialização de bens e serviços, a partir da identificação das vocações **sócio ambiental e econômica** do Município;

IV. compatibilização da conservação com a utilização do patrimônio cultural, histórico e ambiental visando o desenvolvimento **sustentável** do Município.

V . **incentivar a constituição de novas cadeias produtivas sustentáveis, e geradoras de postos de trabalho;**

VI. **aportar investimento público contra inatividade da força de trabalho com idade entre 16-24 anos, por meio de programas de bolsas de estudo, inclusive para os níveis técnicos, tecnólogo e superior.**

VII. **promoção de ações de combate a fome e o combate ao desperdício de gêneros alimentícios.**

VIII. **fomentar atividades produtivas comunitárias sustentáveis locais que propiciem a geração de trabalho e renda nos bairros**

IX. **reduzir anualmente, a emissão de poluentes nocivos à saúde despejados no ar, no solo e nas águas, observados os protocolos internacionais relativos à matéria firmados pelo Brasil.**

X. **identificar as áreas urbanas que tem conexões ambientais.**

Paragrafo único - Para efeito da realização do Plano Diretor de Turismo são classificadas como áreas de conexões ambientais e subdivididas de acordo com os seguintes termos:

I. as porções do território municipal predominantemente lineares, cuja delimitação tem como objetivo a conformação de uma rede de qualificação ambiental voltada para a proteção de cursos d'água e nascentes e prevenção de processos erosivos, bem como para a disponibilização de áreas vegetadas e permeáveis e espaços propícios ao exercício de atividades de esporte e lazer.

II. As áreas de conexões ambientais se subdividem-se em: conexões verdes e conexões da faixa de praia e orla.

III. A qualificação das áreas públicas ou privadas classificadas como conexões ambientais visa à criação e à recuperação de seus atributos naturais, de forma a mitigar impactos derivados de perda de áreas permeáveis, da carência de vegetação e de interferências danosas a cursos d'água, dentre outras consequências da urbanização e ocupação do solo.

IV. Como estratégias para a efetivação dos objetivos das áreas de conexões ambientais, são previstas a definição de parâmetros urbanísticos específicos e a execução de obras públicas comprometidas com a qualificação ambiental, especialmente no que diz respeito à proteção de cursos d'água e à conformação de corredores verdes.

Art. 39. Para a consecução da Política Municipal de Desenvolvimento Sócio-econômico Sustentável devem ser observadas as seguintes estratégias:

(...)

VI. promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas ambientais de fomento a produção limpa, e em especial de bens recicláveis e reaproveitáveis.

VII. incentivar a produção agrícola urbana e periurbana, em especial de produtos agroecológicos.

IX. promover medidas de redução de risco de desastres, de mitigação e de adaptação às alterações climáticas na concepção de espaços, edifícios, construções, serviços e infraestruturas com atenção à resiliência.

X – fomentar atividades econômicas sustentáveis que não impacte as microbacias hidrográficas locais e regionais, bem como que não impacte as áreas protegidas costeiras e marinhas presentes no território do município.

Art. 40.

VII. Implantar o cicloturismo no município.

Art. 44. A Política Municipal de Conservação, Preservação e Manutenção do Ambiente Natural e dos Bens Históricos Culturais tem como objetivos gerais:

V.

Art. 45. Para a consecução da Política Municipal de Conservação, Preservação e Manutenção do Ambiente Natural e dos Bens Históricos Culturais devem ser observadas as seguintes estratégias:

(...)

XVI. Promover o incentivo fiscal para adequação das propriedades à legislação ambiental vigente;

XVII. Implantar um viveiro agroflorestal municipal para ofertar a população residente e turistas a realização de práticas em educação ambiental.

XVIII. Integrar as áreas de vegetação significativa de interesse paisagístico, protegidas ou não, de modo a garantir e fortalecer sua condição de proteção e preservação;

XIX. Manter e ampliar a arborização de ruas, criando faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;

X. Garantir as formas tradicionais de organização social relacionada com recursos naturais preservados;

XI. Implantar e fiscalizar as Unidades de Conservação Municipais, a fim de assegurar amostras representativas dos ecossistemas e preservar o patrimônio genético, biológico, ecológico e paisagístico do município.

XII. Implantar sistema de iluminação solar nos próprios públicos.

XIII. promover campanhas de informação e conscientização para o uso racional da água.

Parágrafo Único. Para efeito da implementação das estratégias de conservação da paisagem urbana devem ser observados a seguinte definição e regramento:

I. A Paisagem Urbana é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

II. Caberá aos cidadãos do município, e em especial aos órgãos e entidades da administração municipal, zelar pela qualidade da paisagem urbana.

Capítulo III CONSERVAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO AMBIENTE NATURAL E DO PATRIMÔNIO SOCIOAMBIENTAL

Incluir a

SEÇÃO I - DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. ... O Poder Público e toda a comunidade são responsáveis pelas ações de prevenção e controle de zoonoses no município.

Parágrafo Único. Constituem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de zoonoses:

I. Preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da saúde pública veterinária.

II. Prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento dos animais;

III. Preservar a saúde e o bem estar da população humana, evitando-lhes danos causados por animais.

Art.... Ao munícipe, cabe a adoção de medidas necessárias para manutenção de suas propriedades limpas e isentas de animais tais como roedores, moscas, mosquitos, pulgas e outros vetores.

Art. ...É de responsabilidade dos proprietários a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção de dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. ... É de responsabilidade do Poder Público Municipal manter em pleno funcionamento a estrutura de recepção de animais domésticos (centro de zoonoses do município).

Art.... O Poder Público Municipal desenvolverá instrumentos de incentivo fiscal para os segmentos privados ligados ao segmento de saúde animal, petes shopping e agropecuária que aderirem voluntariamente as ações de combate a maus tratos dos animais e a manutenção da qualidade de vida de animais resgatados.

Art. 48. Art. 48. Para a consecução da Política Municipal de Infra-estrutura e Serviços devem ser observadas as seguintes estratégias:

XI. desenvolver infraestrutura de transporte sustentável e eficiente, por meio da promoção de alternativas de transporte, considerando as necessidades energéticas, integrando a política de mobilidade urbana e o planejamento urbano.

XII. assegurar que as intervenções no sistema de mobilidade urbana contribuam para a melhoria da qualidade ambiental e estimulem o uso de transporte público e não poluente.

XIII. promover o desenvolvimento orientado da malha viária, estimulando uma ocupação compacta e com uso de materiais alternativos no calçamento viário.

XIV. promover ações de estímulo ao uso da bicicleta, incluindo a sinalização indicativa para o ciclista, as ações educativas focadas em segurança, a implantação de paraciclos e bicicletários.

XV. aperfeiçoar e ampliar o sistema de circulação de pedestres e de pessoas portadoras de deficiência, propiciando segurança e facilidade nos deslocamentos;

XVI. estruturar medidas reguladoras para o tráfego de veículos de transporte de cargas bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas consideradas de fragilidade ambiental na Cidade;

XVII. administrar os cursos d'água cujas bacias de contribuição se localizam integralmente no município, em especial ação de limpeza periódica dos cursos d'águas no perímetro urbano até a foz do rio Preto.

XVIII. garantir a segurança à margem de curso d'água e outras áreas, onde haja risco de inundações de edificações.

XIX. estabelecer procedimentos preventivos e prescritivos de valas e bueiros, afim de impedir o acúmulo de areia de praia e detritos nas vias de drenagem de águas pluviais, minimizando o risco de inundações.

Art. 49. A Política Municipal de Habitação tem como objetivo geral a garantia de Moradia legalizada, acessível a toda população e fora de áreas de risco de inundação ou desmoronamento.

Parágrafo único: O Poder Executivo Municipal deve promover o cumprimento da função social da terra urbana respeitando o meio ambiente, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade e neste Plano Diretor.

Art. 50 –

VIII. implementar diretrizes que impeça a ocupação de áreas de risco de inundação ou desmoronamento.

IX. estabelecer procedimentos específicos para intervenção nas áreas identificadas como passível de risco de inundação, empregando soluções construtivas, se for o caso, que não contribuam para impermeabilização do solo.

Parágrafo Único. São diretrizes para o controle efetivo de áreas de risco de inundação ou desmoronamento no Município:

I - o monitoramento sistemáticos das áreas passíveis inundações ou desmoronamento;

II - a execução de obras de consolidação do solo em áreas que apresentem risco de desmoronamento;

- III - o controle do adensamento construtivo e populacional ;
- IV - a orientação à população envolvida em situações de risco;
- V- restringir atividades de terraplenagem no período de chuvas.

Art. 50.

II... a) da produção de novas unidades habitacionais bem localizados e bem distribuídos, a fim de evitar a produção em massa de habitações periféricas e isoladas, desconectadas de sistemas urbanos, independentemente do segmento econômico e social para o qual são desenvolvidas;

c) da melhoria das unidades existentes através de soluções para as necessidades habitacionais dos grupos de baixa renda, por meio de reserva de terras para a implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social.

III.

VIII. privilegiar o uso de materiais permeáveis em projetos de manutenção ou de execução em vias públicas viabilizando melhor permeabilidade dos solos, em especial nas áreas urbanizadas.

IX. garantir o abastecimento de água tratada na área rural.

X. implementar programas de melhorias de habitação rural para famílias de baixa renda;

XI. melhorar os serviços de comunicação na área rural;

Art. 55. A Política Municipal de Qualificação da Gestão Municipal tem como estratégias:

XIV - estabelecer mecanismos institucionais, políticos e legais para ampliar plataformas inclusivas que permitam a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade no processo de tomada de decisões, planejamento e acompanhamento;

XV. fomentar e reforçar o engajamento da sociedade civil e a coprovisão e coprodução do espaço urbano, por meio da realização quadrienal da Conferência Municipal e definição dessa instância como fórum responsável pela revisão do conteúdo deste Plano Diretor.

Parágrafo único – O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver indicadores para avaliação periódica quanto ao cumprimento de medidas previstas na Política Municipal de Qualificação da Gestão Municipal (artigo 55) .

Artigo 56.

Parágrafo único (...)

§1º. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo de gestão democrática da Política Urbana, dentre outras, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I. Conferência da Cidade;
- II. Audiências e consultas públicas;
- III. Assembleias Territoriais de Política Municipal;

- IV. Iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal;
- V. Fundo de Desenvolvimento da Cidade;
- VI. Sistema de Informações Municipais;
- VII. Assembleias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal;
- VIII. Conselhos municipais

Art. 64. O Conselho da Cidade terá representação proporcional por categorias da sociedade, composto por **no máximo 27** (vinte e sete) membros com direito a voto, e **no mínimo 21** (vinte e um) membros com direito a voto, de acordo com os seguintes critérios:

I. ...

II. 16 (dezesseis) representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) 4 (quatro) representantes dos empresários;

b) 4 (três) representantes de associações de bairro;

c) 4 (cinco) representantes de entidades profissionais, técnicas, instituições de ensino ou pesquisa e dos sindicatos dos trabalhadores;

d) 4 (quatro) representantes de organizações não-governamentais ou movimentos populares;

§ 1º O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos.

§ 2º - Os representantes da sociedade civil, referidos no inciso II serão eleitos em processo divulgado através de Edital de Convocação publicado na forma de Regimento estabelecido pelo Conselho da Cidade.

§ 3º Os representantes do Poder Público deverão ser servidores públicos efetivos e estes poderão ser reconduzidos por no máximo dois mandatos, devendo haver, necessariamente, renovação de pelo menos 1/3 dos conselheiros indicados a cada mandato.

~~§ 4º. Fica vedada a participação da mesma entidade em mais de 2 (duas) cadeiras titulares do Conselho da Cidade.~~ Excluir ! O poder público ocupa 11 cadeiras e não tem essa prerrogativa

§ 6º. A ausência de entidades para preenchimento total das vagas não impede o funcionamento do Conselho, desde que seja ocupada o número mínimo das vagas, mantendo a proporcionalidade de 13 representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, e 8 representantes do poder publico municipal de seus respectivos suplentes.

§ 7º - São públicas as reuniões do Conselho da Cidade, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, a inclusão de assunto de seu interesse na pauta de discussões.

Art. 65. Participarão do Conselho da Cidade, na qualidade de observadores, sem direito a voto:

- I. representantes dos conselhos setoriais do Município;
- II. representantes de órgãos estaduais e metropolitanos relacionados ao planejamento territorial e ambiental;
- III. ~~III.~~ representantes de Municípios limítrofes;
- IV. representantes de unidades de planejamento eleitos em assembleias territoriais.

Art. 66. O quorum mínimo de instalação das reuniões do Conselho da Cidade é de ~~cinquenta por cento mais um~~ maioria simples dos conselheiros com direito a voto em primeira chamada e com qualquer número de presentes, a partir de 20 minutos da primeira convocação.

~~Parágrafo único. As deliberações do Conselho da Cidade serão válidas quando aceitas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros com direito a voto presente na reunião.~~

§1º: As deliberações devem esgotar as tentativas de consenso e, quando for necessária a definição por votação, as deliberações serão válidas quando aceitas por maioria simples dos conselheiros com direito a voto presente na reunião ou Câmara Temática constituída para deliberação de determinado assunto.

§2º. Na impossibilidade de emissão de parecer favorável, o Conselho da Cidade deve informar o motivo da manifestação desfavorável ou condicionar sua manifestação favorável ao atendimento de exigências elencadas.

Art. 67. Compete ao Conselho da Cidade:

- I. acompanhar a implementação do Plano Diretor, através do monitoramento periódico dos quadros de ações, analisando e emitindo pareceres sobre questões relativas a sua aplicação;

§2º. O Conselho da Cidade poderá delegar para comissão interna deliberação sobre assuntos de sua competência, exceto os pareceres abaixo que devem ser votados por toda a plenária:

- I. sobre propostas de alteração desta lei;
- II. sobre a proposta de PPA a ser encaminhada à Câmara Municipal;
- III. sobre projetos de lei de Operações Urbanas Consorciadas Consórcio Imobiliário;
- IV. sobre Estudos de Impacto de Vizinhança.

§3º. A definição das câmaras temáticas e regras de participação será definida pelo próprio Conselho da Cidade.

Por ser um conselho multidisciplinar, nem todos os assuntos tratados no Conselho são afetos à totalidade do grupo. Com isso, mobiliza-se um grande número de servidores e membros da sociedade civil para o debate de assuntos de pouca interferência em muitas áreas. com a alteração proposta, os assuntos podem ser discutidos pelos conselheiros afetos à cada tema, cabendo à plenária apenas a manifestação de assuntos de maior relevância e caráter inteiramente interdisciplinar.

Esta decisão cabe contudo à plenária do Conselho da Cidade. A lei municipal apenas faculta o funcionamento desta forma.

Art. 69. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico e operacional ao Conselho da Cidade e aos conselhos setoriais.